

## **Governo alarga prazos de transição para os novos estatutos de carreiras de professores do Ensino Superior**

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior mostrou-se disponível, após uma reunião de cerca de três horas com a FESAP, para admitir algumas das propostas apresentadas para a revisão dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior universitário e politécnico, nomeadamente no que diz respeito às condições de transição dos anteriores para os novos estatutos.

A FESAP – que integra a FNE, o SINDEP e o SINAPE – considerou essencial que nos novos estatutos de carreiras se definam os termos gerais a que deve obedecer, nomeadamente a organização dos horários e a avaliação de desempenho, não permitindo que sobre estas questões tudo possa ser decidido ao nível de cada uma das Instituições, sem que se observem critérios gerais que devem integrar os diplomas agora em negociação.

A FESAP demonstrou, nesta reunião, ser também essencial que o MCTES encontre um regime de transição para o novo estatuto de carreira dos docentes do politécnico que, sem prejuízo de exigências de qualidade e de adequadas qualificações para a docência no ensino superior, elimine a grave situação de enorme instabilidade que hoje existe e que não ponha em causa as condições de trabalho e o nível salarial desses docentes.

Esperando o agendamento de mais duas reuniões, a FESAP pretende que a Tutela garanta que todos os docentes possam alcançar e ocupar os lugares de carreira que correspondam às suas legítimas expectativas, proporcionadas por legislação e enquadramento de trabalho anteriores.

Neste encontro, em que procedeu à entrega formal de um extenso documento de contrapropostas, a FESAP sublinhou a necessidade de se definirem regras substanciais para a estabilidade das Instituições, em função da determinação de quadros estáveis que correspondam a uma percentagem muito significativa das suas necessidades de funcionamento.

Por outro lado, a FESAP comprometeu-se, por sua vez, a apresentar um documento justificativo que sustente a proposta explicitada para a criação de uma nova categoria de topo para a carreira docente do Ensino Superior Politécnico.

Lisboa, 13 de Maio de 2009